

XVI Conferência Internacional de Lisboa

Palavras de Abertura

Emb. José Calvet Magalhães

Presidente do IEEI

Não poderia ser mais importante, nem mais oportuno, o tema escolhido para esta décima-sexta Conferência Internacional de Lisboa: *As Lições da Bósnia para a política europeia de defesa*.

A tragédia que, há já largos anos, ensanguenta a península balcânica, ou parte dela, constitui uma séria advertência aos governantes da União europeia que, até ao presente, não encontraram ainda a necessária coragem, ou a determinação, para dotarem a União com um sistema próprio de defesa e segurança. Tem-se falado muito, e com razão, do défice democrático da União, e eu aproveito esta ocasião para prestar homenagem a um grande europeu, desaparecido prematuramente este ano - o professor e deputado europeu Francisco Lucas Pires - que expôs eloquentemente os perigos resultantes desse défice democrático, indicando as formas de o reduzir ou eliminar através de certas reformas institucionais. Mas, não menos grave que esse défice democrático é o défice de liderança que vem, de algum tempo, afectando o desenvolvimento político do projecto europeu.

Os governantes só pensam e só se ocupam, geralmente, do que é imediato. Têm pouca memória, esquecem o passado, ainda que recente, e não se preocupam demasiadamente com o futuro mais ou menos longínquo. Esquecem Sarajevo e Munich, e não se apercebem de que a Europa sofrerá, inevitavelmente, durante longo tempo, os efeitos do súbito colapso do império soviético.

Felizmente, as grandes forças económicas e financeiras, e a energia do chanceler Kohl, levaram à decisão de instituir a moeda única europeia. Para além do alcance económico e financeiro desta medida fundamental, ela possui um inequívoco alcance político, pois é inevitável que o federalismo financeiro e monetário leve, mais tarde ou mais cedo, ao federalismo político. Esperemos que os governantes europeus de hoje realizem esse facto e, perante o drama da Bósnia, se apressem a instituir o sistema europeu de defesa que permita aos europeus pôr a sua casa em ordem sem recorrer à NATO e à intervenção tutelar dos Estados Unidos.

A participação de forças portuguesas no processo de pacificação nos Balcãs é um imperativo político para Portugal: em primeiro lugar porque constitui um dever de solidariedade que lhe impõe a sua participação na União Europeia; e, em segundo lugar, para evitar que possa vencer a ideia infeliz de criar directórios dentro da estrutura comunitária. As tentativas históricas de conseguir obter a unidade europeia através da hegemonia de uma grande potência europeia, redundaram em terríveis catástrofes. Introduzir o elemento hegemónico no funcionamento das instituições europeias, seria o mesmo que introduzir um cancro no seio da União que, levaria, certamente à sua dissolução.